Memorial do Rio Grande do Sul
Rua Sete de Setembro, 1020
Praça da Alfândega - Porto Alegre
Rio Grande do Sul
CEP: 90010-191
Fone: 51-3224.7210
www.memorial.rs.gov.br

Edição Gráfica: Ass. de Comunicação - Fabiano de Liano - de_liano@uol.com.br

Caderno de História

Memorial do Rio Grande do Sul

África Negra



Cadernos de História
Memorial do RS
Voltaire Schilling



Á f r i c a N e g r a

(colonização, escravidão e independência)

Introdução

O continente africano limita-se ao Norte pelo Mar Mediterrâneo, ao Oeste, pelo Oceano Atlântico e ao Leste, pelo Oceano Índico. De um modo simplificado, podemos dividi-lo em duas zonas absolutamente distintas: o centro-norte é dominado pelo imenso deserto do Saara (8.600.000 de km^2), e o centro-sul, depois de se percorrer as savanas, é ocupado em grande parte pela floresta tropical africana.

Esta divisão geográfica também se refletiu em uma separação racial: no Norte do continente habitam os árabes, os egípcios, os berberes e os tuaregues (sendo que esses dois últimos são os que praticam o comércio transaarino); no centro-sul, ao contrário, habitam mais de 800 etnias negras africanas. Divisão essa que também se verifica no mapa religioso do continente, fazendo com que no Norte predomine a fé islâmica, enquanto que no Sul praticam-se as mais diversas formas de fetichismo. Atribui-se o atraso da África meridional ao isolamento geográfico da população negra através dos séculos. O Deserto do Saara a afastou do Mediterrâneo, cujas margens e ilhas formavam um grande centro cultural da Antigüidade). Longe dos demais continentes pela dimensão colossal dos dois oceanos, o Atlântico e o Índico, apartados do resto do mundo, os africanos, quase sempre envolvidos em guerras tribais sem fim, viram-se vítimas de expedições forâneas que lhes devoravam os filhos ao longo da história.

Mesmo antes da chegada dos traficantes de escravos europeus, os árabes, por meio de incursões armadas, já praticavam o comércio negreiro, transportando escravos para a Arábia e para os mercados do Mediterrâneo oriental, para satisfazer as exigências dos sultões e dos xeques. As guerras tribais africanas, por sua vez, favoreciam esse tipo de comércio, visto que a tribo derrotada era vendida aos mercadores.

O Tráfico de Escravos

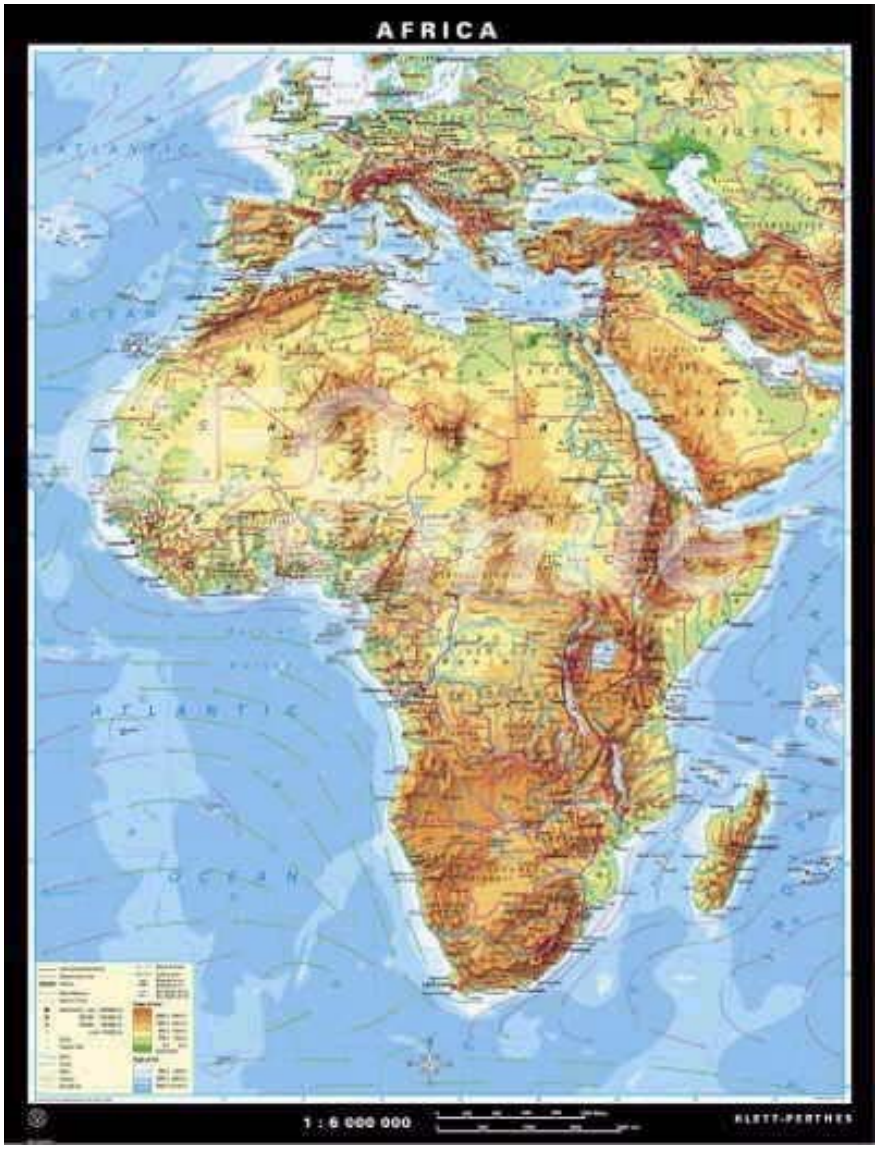
Durante os primeiros quatro séculos – do século 15 à metade do 19 - de contato dos navegantes europeus com o Continente Negro, a África foi vista apenas como uma grande reserva de mão-de-obra escrava, a “madeira de ébano” a ser extraída e exportada pelos comerciantes. Traficantes de quase todas as nacionalidades montaram feitorias nas costas da África. As simples incursões piratas que visavam, inicialmente, atacar de surpresa do litoral e apresar o maior número possível de gente, foi dando lugar a um processo mais elaborado.

Os mercadores europeus, com o crescimento da procura por mão-de-obra escrava, motivada pela instalação de colônias agrícolas na América, associaram-se, militarmente e financeiramente, aos *sobas* e *régulos* africanos, que viviam nas costas marítimas, dando-lhes armas, pólvora e cavalos para que afirmassem sua autoridade na extensão maior possível. Os prisioneiros que eles conseguiam capturar eram trazidos do interior do continente e, agrilhoados, ficavam encarcerados em “barracões”, em armazéns costeiros construídos nas Feitorias de Escravos, onde

aguardavam a chegada dos navios tumbeiros ou negreiros que os levariam como carga humana, pelas rotas transatlânticas.

Os principais pontos de abastecimento de escravos, pelos menos entre os séculos 17 e 18, eram o Senegal, Gâmbia, a Costa do Ouro e a Costa dos Escravos. O delta do Níger, o Congo e Angola foram grandes exportadores nos séculos 18 e 19. Quantos escravos foram, afinal, transportados pelo Atlântico? Há muita divergência entre os historiadores. Alguns chegaram a projetar 50 milhões, mas R. Curtin (in *The Atlantic slave trade: A census*, 1969) estima entre 9 a 10 milhões, a metade deles da África Ocidental, sendo que o apogeu do tráfico ocorreu entre 1750 a 1820, quando os traficantes carregaram, em média, uns 60 mil por ano. O tráfico foi o principal responsável pelo vazio demográfico que acometeu a África no século 19.

O



Comércio Triangular

Desta forma inseriram a África Negra no comércio triangular, basicamente como fornecedora de mão-de-obra escrava para as colônias americanas e antilhanas. Os destinos dos barcos negreiros eram os portos da Jamaica, Bahamas, Haiti, Saint-Eustatius, Saba, Saint-Martin, Barbuda e Antigua, Guadalupe, Granada, Trinidad & Tobago, Bonaire, Curaçao e Aruba. Das Antilhas partiam outras levas em direção às Carolinas e à Virgínia, nos Estados Unidos. Outras se dirigiam ao Norte e Nordeste do Brasil, à Bahia e ao Rio de Janeiro. Os escravos eram empregados como "carvão humano" nas grandes plantações de açúcar e tabaco que se espalhavam do Leste brasileiro às colônias do Sul dos Estados Unidos: do Rio de Janeiro à Virgínia.

A Europa importava produtos coloniais, trocando suas manufaturas (armas, pólvora, tecidos, ferros e rum) por mão-de-obra vinda da África. Os escravos eram a moeda com que os europeus pagavam os produtos vindos da América e das Antilhas para não precisar despender os metais preciosos, fundamento de toda a política mercantilista. Tinham, pois, sob o ponto de vista econômico, uma dupla função: eram valor de troca (dinheiro) e valor de uso (força de trabalho).

A Luta pela Abolição da Escravatura

Um dos capítulos mais emocionantes da história moderna, simultaneamente polêmico e glorioso, foi o movimento ideológico, político e moral que conduziu à abolição do tráfico negreiro e a total supressão da escravidão no transcorrer do século 19. A primeira reação contra a escravidão ocorreu no século 18, partindo de uma seita protestante radical, os *Quakers.* Essa seita considerava-na um pecado e não podia admitir que um cristão tirasse proveito de outro. Os *Quakers* enviaram, em 1768, ao parlamento de Londres, uma solicitação exigindo o fim do tráfico de escravos. Pouco depois, John Wesley, o fundador do movimento metodista, pregou contra a escravidão (*Thoughts upon Slavery,* 1774) afirmando que preferia ver as Índias Ocidentais (como eram denominadas as colônias antilhanas inglesas) naufragarem, do que manter um sistema que "violava a justiça, a misericórdia, a verdade".

Economistas ilustrados também entraram na luta. Os Fisiocratas franceses, como Adam Smith, o pai do capitalismo moderno (in *Wealth of the Nations*, 1776), afirmaram que a escravidão era deficitária na medida que empregava uma enorme quantidade de capital humano que produzia muito aquém daquele gerado por homens livres. Viam-na como parte de um sistema de monopólio e privilégio especial, no qual um homem desprovido de liberdade não tinha nenhuma oportunidade de garantir a sua propriedade, portanto o seu interesse em trabalhar era mínimo. Assim, a escravidão só podia sobreviver pela violência sistemática do amo sobre o cativo. Anterior a ele, nas colônias americanas, Benjamin Franklin foi o primeiro homem moderno a submeter a instituição da escravidão a uma analise contábil, concluindo, também, que um escravo era muito mais caro do que um trabalhador livre (*The Papers of B.Franklin*, 1751). Alexis de Tocqueville, o grande pensador liberal francês, que visitou os Estados Unidos, deixou páginas memoráveis

no seu *A Democracia na América*, de 1835, ao fazer a comparação entre os estados escravistas (povoados por brancos indolentes e negros paupérrimos) e aqueles que mantinham o trabalho livre, ativo e industrioso.

No plano filosófico, ela foi repudiada na obra de Montesquieu (*L'esprit de les Lois*, livro. XV, 1748), na qual afirmou que "*a escravidão, por sua natureza, não é boa: não é útil nem ao senhor nem ao escravo: a este porque nada pode fazer de forma virtuosa; àquele porque contrai dos seus escravos toda a sorte de maus hábitos... porque se torna orgulhoso, irritável, duro, colérico, voluptuoso e cruel. (...) os escravos são contra o espírito da constituição, só servem para dar aos cidadãos um poder e um luxo que não devem ter".*

Mais radical do que esse foi o pensamento de J. J. Rousseau (in Le Contrat Social, 1762) para quem "*os homens haviam nascido livres e iguais*" e que a renúncia da liberdade equivalia à renúncia da vida. Como a escravidão repousava sempre na força bruta "*... os escravos não tinham nenhuma obrigação ou dever para com os seus amos".*

Apesar de Condorcet lamentar que só uns poucos filósofos "*atreveram-se de vez em quando a soltar um grito a favor da humanidade",* a soma das pressões religiosa, econômica, filosófica e moral começou a surtir efeito. O Século das Luzes, como o século 18 foi chamado, terminou por condenar a escravidão como atentatória à dignidade do homem. A Revolução Francesa de 1789 aboliu a escravidão nas colônias francesas por acreditar que essa é incompatível com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Napoleão, entretanto, mais tarde, restaurou-a. Porém, em 1848, foi finalmente reafirmada.

Na Inglaterra, o abolicionismo encontrou respaldo num grupo militante chamado de "Os Santos" (*The Saints*), que organizaram, em 1787, sob liderança de William Wilberforce, a **Sociedade antiescravista** (*Anti-slavery Society*). Graças as suas batalhas parlamentares contra os interesses escravistas das cidades portuárias de Liverpool e Bristol, Wilberforce conseguiu fazer aprovar a lei de 1807 que proibia o tráfico negreiro.

Depois de uma série de leis intermediárias, a abolição completa da escravidão nas colônias inglesas ocorreu em agosto de 1834 (*Slavery Abolition Act*), libertando 776 mil homens, mulheres e crianças. Nesse ínterim a Inglaterra havia declarado guerra aberta ao tráfico. Nenhum barco negreiro poderia mais singrar os oceanos sem ser vistoriado (*Aberdeen Act*). Se fosse capturado, os escravos deveriam ser devolvidos. Por pressão inglesa, o Brasil finalmente concordou em abolir o tráfico pela Lei Eusébio de Queirós, em 1850. Mesmo assim, continuou recebendo, em desembarques clandestinos, braços contrabandeados, o que gerou sérios atritos com a marinha inglesa.

Na verdade, a razão material primeira da abolição foi a emergência da sociedade industrial, surgida pelos efeitos sócio-econômicos provocados pela introdução da máquina a vapor no processo produtivo. Essa sociedade, que se expandia a partir do século 18, produzia mercadorias em série para consumo em massa. Uma comunidade de escravos não consome, pois não ganha salários. Houve, então, um conflito estrutural e ideológico entre a crescente e poderosa sociedade industrial, que requeria mercados livres e trabalho assalariado, com a política mercantilista de mercados cativos e mão-de-obra escrava.(*)

(*) Esta abordagem, que afirma ser a escravidão antieconômica, sob o prisma moderno, continua gerando polêmica. Historiadores econômicos conservadores norte-americanos, como R.W. Fogel, insistem em afirmar que a escravidão não era incompatível com a industrialização, apresentando uma série de abordagens pontuais que demonstravam a prosperidade de certos setores industriais sulistas.

A partilha da África

A partir do momento em que o continente africano não podia mais fornecer escravos, o interesse das potências coloniais se inclinou para a sua ocupação territorial. E isso se deu por dois motivos. O primeiro deles é que ambicionavam explorar as riquezas africanas, minerais e agrícolas existentes no *hinterland*, até então só parcialmente conhecidas. O segundo, deveu-se à competição imperialista, cada vez maior entre elas, especialmente após a celebração da unificação da Alemanha, ocorrida em 1871. Por vezes, chegaram a ocupar extensas regiões desérticas, como a França o fez no Saara (chamando-a de França equatorial), apenas para não deixá-las para o adversário.

Antes de a África ser dominada por funcionários metropolitanos, a região toda havia sido dividida entre várias companhias privadas que tinham concessões de exploração. Assim, a Guiné estava entregue a uma companhia escravista francesa. O Congo, por sua vez, era privativo da Companhia para o Comércio e Industria, fundada em 1889, que o dividia com a Companhia Anversoise, de 1892. O Alto Níger era controlado pela Companhia Real do Níger, dos britânicos. A África Oriental estava dividida entre uma Companhia alemã, dirigida por Karl Peters, e uma inglesa, comandada pelo escocês W.Mackinnon. Cecil Rhodes era o chefe da Companhia sul-africana que explorou a atual Zâmbia e Zimbawe, enquanto o rei Leopoldo II, da Bélgica, autorizava a Companhia de Katanga a explorar o cobre do Congo belga(fato que abriu caminho para uma série de atrocidades cometidas pelos funcionários belgas sobre a população congolesa).



Busto africano(Benin)

O Congresso de Berlim

Atendendo ao convite do chanceler do II º Reich alemão, Otto von Bismarck, 12 países com interesse na África encontraram-se em Berlim - entre novembro de 1884 a fevereiro de 1885 - para a realização de um congresso. O objetivo de Bismarck era que os demais reconhecessem a Alemanha como uma potência com interesse em manter certas regiões africanas como protetorados. Além disso, acertou-se que o Congo seria propriedade do rei Leopoldo II, da Bélgica (responsável indireto por um dos mais terríveis genocídios de africanos), convertido, porém, em zona franca comercial. Tanto a Alemanha, como a França e a Inglaterra combinaram reconhecimentos mútuos e acertaram os limites das suas respectivas áreas. O congresso de Berlim deu enorme impulso à expansão colonial, sendo complementado posteriormente por acordos bilaterais entre as partes envolvidas, tais como o Convênio franco-britânico de 1889-90 e o Tratado anglo-germânico de Heligoland, de 1890. Até 1914, a África se encontrou inteiramente divida entre os principais países europeus (Inglaterra, França, Espanha, Itália, Bélgica, Portugal e Alemanha). Com a derrota alemã de 1918 e obedecendo ao Tratado de Versalhes de 1919, as antigas colônias alemãs passaram à tutela da Inglaterra e da França. Também, a partir desse tratado, as potências comprometeram-se a administrar seus protetorados de acordo com os interesses dos nativos africanos e não mais com os das companhias metropolitanas. Naturalmente que isso ficou apenas como uma afirmação retórica.

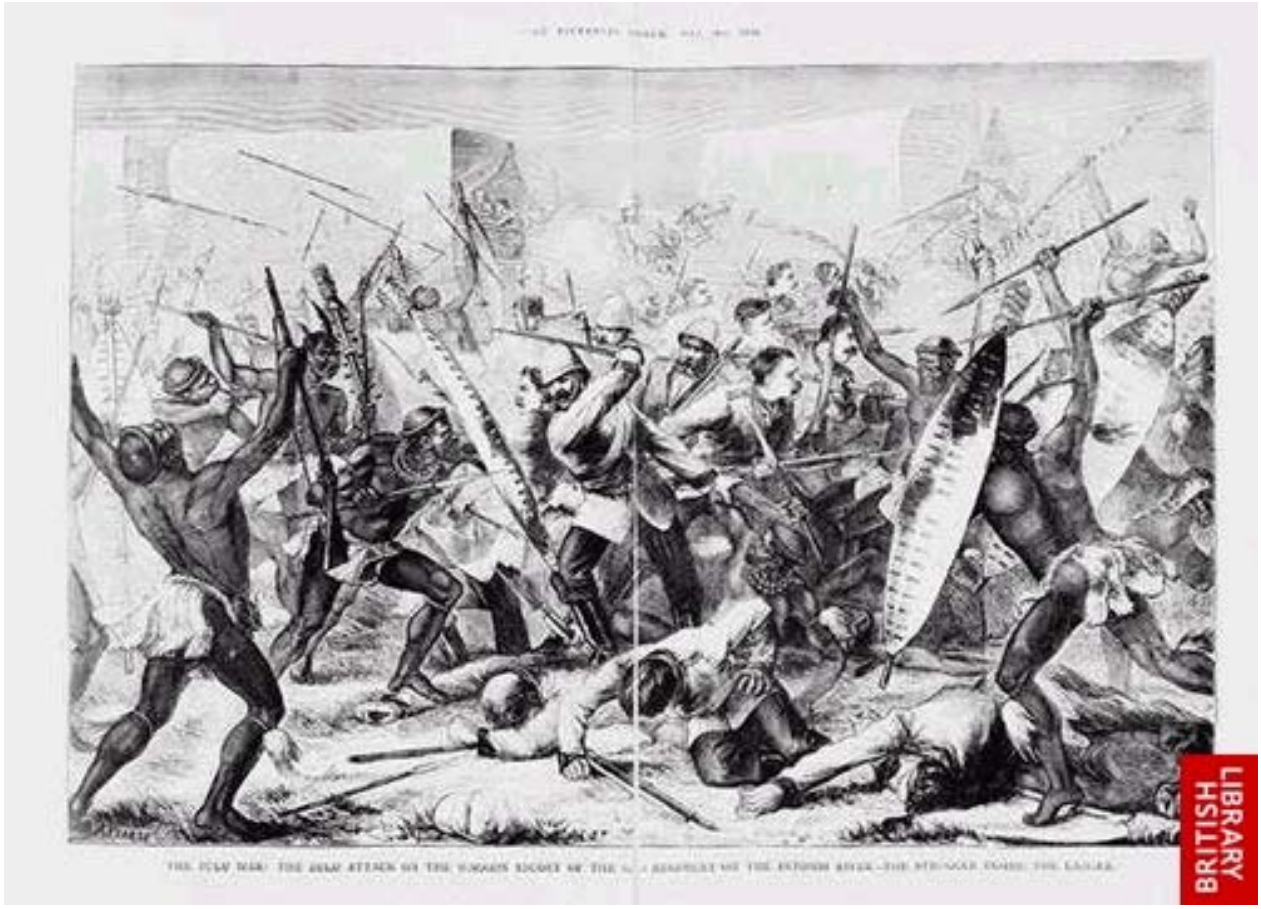
A reação dos africanos

A conquista da África foi entremeada de tenaz resistência nativa. As mais célebres delas foram as Guerras Zulus, travadas no século 19 pelo rei Chaka (que reinou de 1818 a 1828) na África do Sul, contra os ingleses e os colonos brancos, *boers*. Entrementes, os colonizadores começaram a combater as endemias e doenças tropicais que dificultavam a vida dos europeus através do saneamento e da difusão da higiene. A África era temida pelas doenças tropicais: febre amarela, malária, doença do sono, bem como a lepra. Junto com o funcionário colonial, o aventureiro, o fazendeiro e o garimpeiro branco, afirmou-se lá, em caráter permanente, o padre ou o pastor pregando o evangelho, pois o continente era, igualmente, ocupado por missões religiosas, tanto católicas como protestantes.

Essa ocupação escancarada provocava amargura entre os africanos que se sentiam inferiorizados e impotentes perante a capacidade administrativa, militar e tecnológica do colonialista europeu. Já na metade do século 19, o afro-americano Edward W. Blyden, que emigrara para a Libéria em 1850, descontente com a perda da auto-estima dos negros, proclamava a existência de uma “personalidade africana” com méritos e valores próprios, contraposta à dos brancos, imitando James Monroe, lançou o slogan “África para os africanos! ”.

Em 1919, reuniu-se em Paris o 1º Congresso Pan-africano, organizado pelo intelectual afro-americano W.E.B. Du Bois. Reivindicou, ele, um Código Internacional que garantisse, na África tropical, o direito dos nativos, bem como um plano gradual que conduzisse à emancipação final das colônias. Conquanto que, para os negros americanos, fosse solicitada a aplicação dos direitos civis (que só foram finalmente aprovados pelo congresso dos E.U.A. em 1964!).

O último congresso Pan-africano, o 5º, reuniu-se em Manchester, na Inglaterra, em 15 a 18 de outubro de 1945, tendo a presença de *Du Bois, Kwane Nkrumah*, futuro emancipador da *Ghana*, e *Jomo Kenyatta*, o líder da Quênia. Trataram de aclamar a necessidade da formação de movimentos nacionalistas de massas para obterem a independência da África o mais rápido possível.



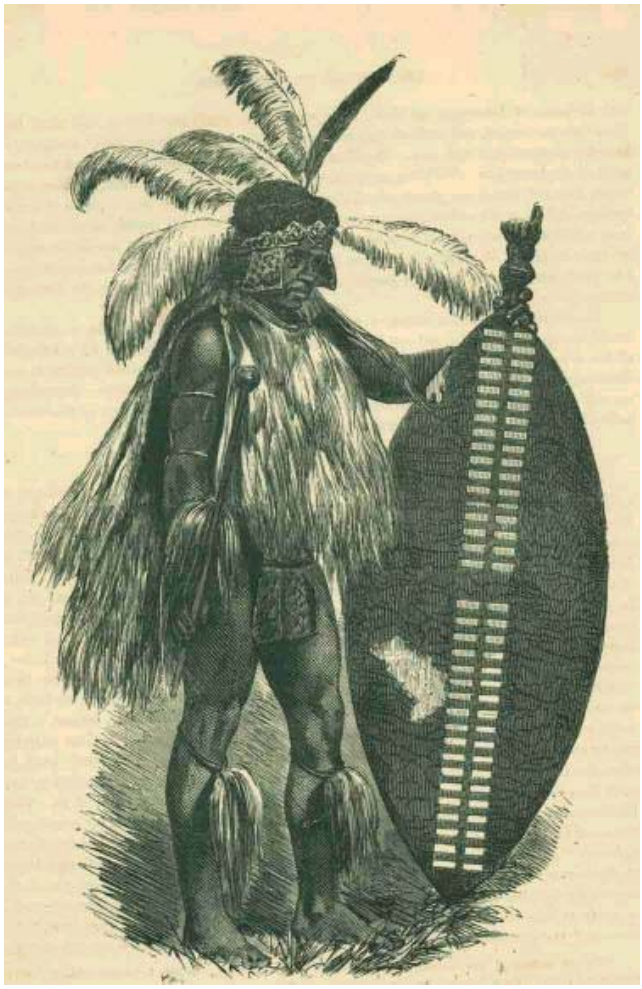
Guerra Anglo-Zulu de 1879.

A Descolonização

A descolonização tornou-se possível após 1945, devido à exaustão em que as antigas potências coloniais se encontraram ao se terem dilacerado em seis anos de guerra mundial, de 1939 a 1945. Algumas delas, como a Holanda, a Bélgica e a França, foram ocupadas pelos nazistas, o que acelerou ainda mais a decomposição dos seus impérios no Terceiro Mundo. A guerra também as fragilizou ideologicamente: como podiam elas manter que a guerra contra Hitler era uma luta universal pela liberdade contra a opressão se mantinham em estatuto colonial milhões de asiáticos e africanos?

A Segunda Guerra Mundial debilitou a mão do opressor colonial e excitou o nacionalismo dos nativos do Terceiro Mundo. Os povos asiáticos e africanos foram assaltados pela impaciência com sua situação jurídica de inferioridade, considerando cada vez mais intolerável o domínio estrangeiro. Os europeus, por outro lado, foram tomados por sentimentos contraditórios de culpa por os manterem explorados sob sua tutela, resultado da influência das idéias filantrópicas, liberais e socialistas, que remontavam ao século 18. Haviam perdido, depois de terem provocado duas guerras mundiais, toda a superioridade moral que, segundo eles, justificava seu domínio.

Quem por primeiro conseguiu a independência foram os povos da Ásia (começando pela Índia e Paquistão, em 1946). A maré da independência atingiu a África somente em 1956. O primeiro país do Continente Negro a conseguí-la foi *Ghana*, em 1957. Em geral, podemos separar o processo de descolonização africano em dois tipos. Aquelas regiões que não tinham nenhum produto estratégico (cobre, ouro, diamantes ou petróleo) conseguiram facilmente sua autonomia, obtendo-a por meio da negociação pacífica. E, ao contrário, as que tinham um daqueles produtos, considerados estratégicos pela metrópole, explorados por grandes corporações, a situação foi diferente (como é o caso do petróleo na Argélia e do cobre no Congo Belga). Neles, os colonialistas resistiram aos movimentos autonomistas, ocorrendo guerrilhas nativas para expulsá-los.



Guerreiro africano do século 19.

Os partidos e movimentos africanos

Apesar da existência de 800 etnias e mais de mil idiomas falados na África, podemos encontrar alguns denominadores comuns entre os partidos e movimentos que lutaram pela descolonização. O primeiro deles é que todos eles ambicionavam a independência, conquistada tanto pela vertente do radicalismo revolucionário, quanto através do reformismo moderado, que tanto podia implantar uma república federativa, como uma unitária.

Em geral, os partidos optaram pelo **centralismo** devido à dificuldade em obter consenso entre tribos rivais. Esse centralismo é geralmente assumido pelo próprio líder da emancipação (como *Nkrumah* em *Ghana*), pelo partido único (ou "partido dominante" como o definiu *Leopold Senghor*, do Senegal) ou, ainda, por um ditador militar (como Idi Amin Dada em Uganda, ou *Sese Seko Mobuto* no Zaire). A **negritude** (movimento encabeçado por *Aimé Césaire*, um poeta martinicano, e pelo presidente senegalês *Leopold Senghor*) foi também um ponto em comum,

marcadamente entre os países afro-francofônicos, que exaltavam as qualidades metafísicas dos africanos. Finalmente, todos se manifestavam a favor do **pan-africanismo** como uma aspiração de formar governos "por africanos e para africanos, respeitando as minorias raciais e religiosas".

Dificuldades africanas

À medida que em toda a história da África anterior ao domínio europeu desconhecia-se a existência de estados-nacionais, segundo a concepção clássica (unidade, homogeneidade e delimitação de território), entende-se a enorme dificuldade encontrada pelas elites africanas em constituí-los em seus países. Existiam anteriormente, na África, impérios, dinastias governantes, milhares de pequenos chefes e régulos tribais...mas em nenhuma parte encontrou-se estados-nacionais. O que havia era uma intensa atomização política e social, um facciosismo crônico, resultado da existência de uma infinidade de etnias, de tribos, quase todas inimigas entre si, que formavam grupos lingüísticos diferentes (só no Zaire existem mais de 40), e de incontáveis castas profissionais. O fim da *Pax Colonialis*, seguida da independência dos anos 1955-75, provocou, em muitos casos, o afloramento de antigos ódios tribais, de velhas rivalidades que foram despertadas pela proclamação da independência, jogando as jovens nações africanas em violentas guerras civis (como as da Nigéria, do Congo e, mais recentemente, as da Angola, Moçambique, Ruanda, Burundi, Serra Leoa e da Libéria).

Tais lutas políticas geraram uma crônica instabilidade em grande parte do continente africano, o que contribuiu para afastar dele os investimentos necessários ao seu progresso. Hoje, a maior parte da África (com exceção da África do Sul, Nigéria e o Quênia) encontra-se praticamente abandonada pelos interesses internacionais. Os africanos parecem ter mergulhado numa interminável guerra tribal, provocando milhões de foragidos (na África estão 50 % dos refugiados do globo) e um número incalculado de mortos e feridos. É, certamente, a parte do mundo onde mais guerras são travadas. Como se fora um incêndio na floresta, encerra-se a luta numa região para, em seguida, uma fagulha provocar outra incandescência ainda mais trágica logo adiante.

De certa forma, todos os povos pagam pelos seus defeitos culturais. Neste sentido, o arraigado tribalismo africano é o grande impedimento para concretizar a formação de um estado-nacional estável. Enquanto as massas negras não conseguirem superar as rivalidades internas, dificilmente poderão formar regimes sólidos, íntegros, que superem a dicotomia entre ditadura ou anarquia tribal.

A grande geração que conseguiu a independência, homens como *K.Nkrumah, Jomo Kenyatta*, *Agostinho Neto*, *Samora Machel, Kenneth Kaunda, Julius Nyerere, Leopold Senghor* ou *Nelson Mandela* - os Pais da Pátria da África Moderna - estão mortos ou envelheceram. Nenhum dos sucessores destes grandes homens tem conseguido o respeito da população e o carisma necessário para manter seus respectivos países unidos. Em muitos casos, eles foram substituídos por chefes dominados por interesses localistas e familiares, gente de visão estreita, sem ter o sentido de abranger nos seus projetos políticos o restante dos seus cidadãos.

É hora, pois, de os líderes africanos pararem de jogar pedras sobre o passado colonial e assumirem a responsabilidade pelo destino dos povos que ajudaram a emancipar. Fruto disso é a formação da Unidade Africana, primeira instituição panafricana que o continente formou reunindo a grande maioria dos atuais países.

Principais países, líderes, movimentos e partidos africanos.(*)

País	Líder	Movimento Partido	Data da independência
Angola	Agostinho Neto	*Movimento para libertação de Angola (MPLA)*	1975
África do Sul	Nelson Mandela	*African National Congress (ANC)*	1994
Costa do Marfim	Pelix Houphouet-Boigny	*Reunião democratica africana*	1957
Ghana	Kwame Nkrumah	*Convention Peopel's Party*	1957
Guiné	Sekú Turé	*Partido Democrático da Guiné (PDG)*	1958
Madagascar	Tsiarana	*Movimento democrático da renovação malgache*	1960
Malawi	Hastings Kamuzu Banda	*Malawi Congress Party*	1961
Moçambique	Samora Machel	*Frente de libertação de Moçambique(FRELIMO)*	1975
Nigéria	Benjamin N. Azikiwé	*National Concil of Nigeria and Camerun*	1960
Quênia	Jomo Kenyatta	*Mau-mau/ Kenya central association*	1963
Senegal	Leopold Senghor	*Bloque democratique senegalien*	1948
Tanzânia	Julius Nyerere	*Tanganica African National Union/ Zanzibar*	1964
Zaire	Joseph Kasavubu Patrice Lumumba	*Movimento "Abako"*	1960
Zimbawe	Robert Mugabe	*Zimbawe African NationalUnion (ZANU)*	1980

(*) A África independente compõe-se de 48 países.

Bibliografia

COQUERY-VIDROVITCH, C. - Moniot, H. - *África Negra, de 1800 a nuestros días*, Nueva Clio, Barcelona, 1985.

BERTAUX, Pierre - *África: desde la préhistoria hasta los Estados atuales*. Siglo XXI , México, 1978, 4ª ed.

DAVIDSON, Basil - Mãe negra. África, os anos de provação. Livraria Sá Costa editores, Lisboa, 1978.

DAVIS, David Brion - *El problema de la esclavitud en la cultura Occidental. Editorial Paidós*, Buenos Aires, 1968.

FANON, Franz – Os condenados da terra, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1967.

FERRO, Marc - História das Colonizações. Companhia das letras, São Paulo, 1996.

FIELDHOUSE, David K. - *Los imperios coloniales desde el siglo XVIII*. Siglo XXI , México, 1984, 2ª ed.

FONTES, M - Evan-Pritcherd, E.E. - Sistemas políticos africanos.Fundação Caloustre Gulbenkian, Lisboa, 1981.

FREITAS, Décio - Escravos e senhores-de-escravos, Universidade de Caxias do Sul- Escola Superior S.Lourenço de Brindes,1977.

GENOVESE, Eugene - A economia política da escravidão. Pallas, editora, Rio de Janeiro, 1976.

GORENDER, Jacob - O escravismo colonial. Editora Ática, São Paulo, 1978.

HOCHSCHILD, Adam – *King Leopold's Ghost*. Houghton Mifflin co. Boston,1998.